



CENTRO STUDI SEA

ISSN 2240-7596

aipsa edizioni spa

AMMENTU

**Bollettino Storico e Archivistico del
Mediterraneo e delle Americhe**

N. 7

luglio - dicembre 2015

www.centrostudisea.it/ammentu

www.aipsa.com

Direzione

Martino CONTU (direttore), Giampaolo ATZEI, Annamaria BALDUSSI, Manuela GARAU, Patrizia MANDUCHI

Comitato di redazione

Lucia CAPUZZI, Raúl CHEDA, Maria Grazia CUGUSI, Lorenzo DI BIASE, Maria Luisa GENTILESCHI, Antoni MARIMÓN RIUTORT, Francesca MAZZUZI, Roberta MURRONI, Carlo PILLAI, Domenico RIPA, Maria Elena SEU, Maria Angel SEGOVIA MARTI, Frank THEMA, Dante TURCATTI, Maria Eugenia VENERI, Antoni VIVES REUS, Franca ZANDA

Comitato scientifico

Nunziatella ALESSANDRINI, Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores (Portugal); Pasquale AMATO, Università di Messina - Università per stranieri "Dante Alighieri" di Reggio Calabria (Italia); Juan Andrés BRESCIANI, Universidad de la República (Uruguay); Carolina CABEZAS CÁCERES, Museo Virtual de la Mujer (Chile); Margarita CARRIQUIRY, Universidad Católica del Uruguay (Uruguay); Giuseppe DONEDDU, Università di Sassari (Italia); Luciano GALLINARI, Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea del CNR (Italia); Elda GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Consejo Superior de Investigaciones Científicas (España); Antoine-Marie GRAZIANI, Università di Corsica Pasquale Paoli - Institut Universitaire de France, Paris (France); Rosa Maria GRILLO, Università di Salerno (Italia); Souadi LAGDAF, Struttura Didattica Speciale di Lingue e Letterature Straniere, Ragusa, Università di Catania (Italia); Victor MALLIA MILANES, University of Malta (Malta); Roberto MORESCO, Società Ligure di Storia Patria di Genova (Italia); Carolina MUÑOZ-GUZMÁN, Universidad Católica de Chile (Chile); Fabrizio PANZERA, Archivio di Stato di Bellinzona (Svizzera); Roberto PORRÀ, Soprintendenza Archivistica per la Sardegna (Italia); Sebastià SERRA BUSQUETS, Universidad de las Islas Baleares (España)

Comitato di lettura

La Direzione di AMMENTU sottopone a valutazione (referee), in forma anonima, tutti i contributi ricevuti per la pubblicazione.

Responsabile del sito

Stefano ORRÙ

AMMENTU - Bollettino Storico e Archivistico del Mediterraneo e delle Americhe

Periodico semestrale pubblicato dal Centro Studi SEA di Villacidro e dalla Casa Editrice Aipsa di Cagliari.

Registrazione presso il Tribunale di Cagliari n° 16 del 14 settembre 2011.

ISSN 2240-7596 [online]

c/o Centro Studi SEA
Via Su Coddu de Is Abis, 35
09039 Villacidro (VS) [ITALY]
SITO WEB: www.centrostudisea.it

c/o Aipsa edizioni s.r.l.
Via dei Colombi 31
09126 Cagliari [ITALY]
E-MAIL: aipsa@tiscali.it
SITO WEB: www.aipsa.com

E-MAIL DELLA RIVISTA: ammentu@centrostudisea.it

Sommario

Presentazione	1
Presentation	3
Présentation	5
Presentación	7
Apresentação	9
Presentació	11
Presentada	13
DOSSIER	
Comunidades estrangeiras em Lisboa (séculos XV-XVIII)	15
sob orientação de Nunziatella Alessandrini, Jürgen Pohle	
– NUNZIATELLA ALESSANDRINI, JÜRGEN POHLE Introdução	17
– JÜRGEN POHLE «Os primeiros alemães a procurar a Índia»: Maximiliano I, Conrad Peutingen e a alta finança alemã estabelecida em Lisboa	19
– NUNZIATELLA ALESSANDRINI, SUSANA MATEUS Italianos e cristãos-novos entre Lisboa e o império português em finais do século XVI: vínculos e parcerias comerciais	29
– JORGE FONSECA Impressores e livreiros europeus na Lisboa dos séculos XVI e XVII	49
– RUI MENDES Comunidade flamenga e holandesa em Lisboa (séculos XV a XVIII): algumas notas históricas e patrimoniais	57
– MAR GARCÍA ARENA La situación de los comerciantes españoles en Lisboa desde la perspectiva de los diplomáticos de la monarquía hispánica destinados en Portugal en el Setecientos	91
– LUÍSA VILLARINHO PEREIRA Ourives franceses, lapidários e engastadores de pedraria na Lisboa do século XVIII - seu contributo na arte e na evolução das mentalidades	104
– CARLA VIEIRA Mercadores ingleses em Lisboa e Judeus portugueses em Londres: agentes, redes e trocas mercantis na primeira metade do século XVIII	114
– TERESA FONSECA A comunidade britânica de Lisboa no terceiro quartel de setecentos	133
– CARMINE CASSINO «Pela Nação Italiana, residente em Lisboa»: relações luso-italianas e elementos de italianidade na capital (segunda metade do século XVIII)	144
Ringraziamenti	163

Os primeiros alemães a procurar a Índia»: Maximiliano I, Conrad Peutinger e a alta finança alemã estabelecida em Lisboa

«The first Germans searching India»: Maximilian I, Conrad Peutinger and the German merchant-bankers established in Lisbon

Jürgen POHLE*

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores

Abstract

In the beginning of the modern age the Portuguese Discoveries influenced decisively, as no other event of this period, the political, economic and cultural relations between Portugal and Germany. Particularly the commercial links reached a very intense phase in the first two decades of the sixteenth century. In 1505 several trade houses of Augsburg and Nürnberg participated in consortia in the arming of the Portuguese fleet to India commanded by Francisco de Almeida. The Holy Roman Emperor Maximilian I supported this project and followed through the humanist Conrad Peutinger, his counselor, closely and with much curiosity the Portuguese overseas enterprises, mainly for political and dynastic reasons, given its proximity with the House of Avis.

Keywords

Voyages of Discoveries, German-Portuguese relations, commercial history, merchant-bankers

Resumo

No início da Idade Moderna, os Descobrimentos Portugueses influenciaram decisivamente, como nenhum outro acontecimento deste período, as relações políticas, económicas e culturais entre Portugal e a Alemanha. As ligações comerciais, em particular, atingiram, durante as primeiras duas décadas do século XVI, uma fase muito intensa. Em 1505 várias casas comerciais de Augsburg e de Nuremberga participaram, em consórcios, na armação da frota da Índia comandada por D. Francisco de Almeida. O sacro imperador romano-germânico Maximiliano I apoiou este projecto e seguiu, por intermédio do humanista Conrad Peutinger, seu conselheiro, atentamente e com muita curiosidade as empresas marítimas portuguesas, sobretudo por razões político-dinásticas devido aos estreitos laços familiares com a Casa de Avis.

Palavras-chave

Viagens dos Descobrimentos, relações luso-alemãs, história comercial, mercadores-banqueiros

Até meados do século XX a investigação histórica partiu, geralmente, do princípio de que a primeira participação de agentes comerciais alemães em expedições portuguesas à Índia teria acontecido em 1505. Esta visão errónea prende-se, sobretudo, com uma afirmação de Conrad Peutinger. Numa carta datada de 13 de Janeiro de 1505 o afamado humanista e *Stadtschreiber*¹ de Augsburg informou o

* Bolseiro de Pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia/Ministério da Educação e Ciência

¹ O *Stadtschreiber* (escrivão-mor; chanceler; *Syndicus*) era o mais alto funcionário administrativo de uma cidade, responsável para toda a documentação (actas, processos etc.). Conrad Peutinger (1465-1547) foi incumbido desta função entre 1497 e 1534. Sobre Conrad Peutinger e o seu papel nas relações luso-alemãs, vd. HEINRICH LUTZ, *Conrad Peutinger. Beiträge zu einer politischen Biographie*, Die Brigg, Augsburg 1958, pp. 54-64; MARÍLIA DOS SANTOS LOPES, *Os Descobrimentos Portugueses e a Alemanha*, em MARIA MANUELA GOUVEIA DELILLE (sob orientação de), *Portugal - Alemanha: Memórias e Imaginários*, vol. 1, CIEG/ MinervaCoimbra, Coimbra 2007, pp. 29-60; JÜRGEN POHLE, *Peutinger, Conrad (e a sua colecção de documentos referentes à Expansão Portuguesa)*, em *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa*,

secretário de Maximiliano I, Blasius Hölzl, da partida iminente da armada comandada por D. Francisco de Almeida num tom elogioso:

(...) die scheff zu Portengall schier gen India faren werden. Und uns Augspirgern ains groß lob ist, als für die ersten Teutschen, die India suchen. Und ku. Mt. zu eren hab ich in die brief gesetzt, wie er als der erst Romisch kunig die schickt: dan solchs von kainem Romischen kunig vor nie geschehen ist².

[(...) os barcos em Portugal navegação, em breve, para a Índia. E nós, de Augburgo, merecemos o grande louvor, de sermos os primeiros alemães a procurar a Índia. E em honra de sua majestade real salientei nas cartas³ que foi ele o primeiro «rei dos romanos» que os enviou, pois tal nunca antes tinha acontecido com nenhum outro imperador].

Na realidade, encontramos já antes de 1505 mercadores oriundos do Sacro Império Romano-Germânico a rumar para as terras das especiarias pela Rota do Cabo que ficaram no anonimato, mas pelos relatos que deixaram, é evidente de que se tratava de agentes comerciais alemães⁴. Dois deles acompanharam a armada de Vasco da Gama na segunda viagem do famoso navegador à Índia em 1502/03⁵. Na expedição seguinte, que partiu para a Índia em 1503, houve também pelo menos um viajante alemão a observar o comércio ultramarino⁶. Perante este contexto, o acima citado depoimento de Conrad Peutinger parece algo estranho, sobretudo se tivermos em consideração que se trata, no caso deste humanista, como destacou Marília dos Santos Lopes, de uma pessoa muito interessada e bem informada sobre assuntos relacionados com a Expansão Portuguesa. Segundo esta historiadora, a intensa ocupação de Peutinger com os Descobrimentos fica patente «pelos numerosos volumes dedicados a esta temática na sua biblioteca, e (...) o facto de (...) ter vertido para o alemão um relato sobre a segunda viagem de Vasco da Gama»⁷. Não há dúvida que Peutinger havia reconhecido, desde cedo, as excelentes oportunidades económicas que a abertura da Rota do Cabo oferecia às companhias⁸ da Alta

Centro de História de Além-Mar, Lisboa 2014, <<http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve>> (12 de Fevereiro de 2015).

² *Apud* ERICH KÖNIG (sob orientação de), *Konrad Peutingers Briefwechsel*, Beck, München 1923, p. 50.

³ Trata-se aqui das cartas que Peutinger tinha elaborado em nome de Anton Welser para solicitar uma carta de recomendação de Maximiliano I destinada a D. Manuel I.

⁴ Sobre as participações alemãs nas viagens dos portugueses à Índia no primeiro quartel do séc. XVI, vd. MARION EHRHARDT, *A Alemanha e os Descobrimentos Portugueses*, Texto, Lisboa 1989; HERMANN KELLENBENZ, *The Portuguese Discoveries and the Italian and German Initiatives in the Indian Trade in the first two Decades on the 16th Century*, em *Congresso internacional 'Bartolomeu Dias e a sua época'*. Actas, vol. 3, Universidade do Porto/ CNCDP, Porto 1989, pp. 609-623; MILOSLAV KRÁSA, JOSEF POLIŠENSKÝ, PETER RATKOŠ (sob orientação de), *European Expansion 1494-1519. The Voyages of Discovery in the Bratislava Manuscript Lyc. 515/8 (Codex Bratislavensis)*, Charles University, Prague 1986; HORST G. W. NUSSER (sob orientação de), *Frühe deutsche Entdecker: Asien in Berichten unbekannter deutscher Augenzeugen 1502-1506*, Nusser, München 1980; POHLE, *Deutschland und die überseeische Expansion Portugals im 15. und 16. Jahrhundert*, Lit, Münster 2000, pp. 189-218.

⁵ Cf. CHRISTIANE VON ROHR, *Neue Quellen zur zweiten Indienfahrt Vasco da Gama*, Koehler, Leipzig 1939; POLIŠENSKÝ, RATKOŠ, *Eine neue Quelle zur zweiten Indienfahrt Vasco da Gamas*, em «Historica», IX, 1964, pp. 53-67; EHRHARDT, *A Alemanha*, cit., pp. 41-70.

⁶ Trata-se aqui da empresa marítima comandada por Afonso e Francisco de Albuquerque e António de Saldanha nos anos de 1503/04. Sobre o relato do viajante alemão, cf. KARL OTTO MÜLLER, *Welthandelsbräuche (1480-1540)*, Steiner, Wiesbaden 1962, pp. 201-213; EHRHARDT, *A Alemanha*, cit., pp. 71-91.

⁷ LOPES, *Os Descobrimentos*, cit., p. 31.

⁸ Nos documentos originais quinhentistas é habitualmente utilizado o termo «companhia» no que se refere às grandes firmas de Augburgo e de Nuremberga. É, no entanto, de notar que se trata nesta altura, em geral, de casas ou sociedades comerciais dirigidas por uma família. Do ponto de vista

Alemanha. O facto de Peutinger desconhecer, em data anterior a 1505, qualquer participação alemã em viagens portuguesas à Índia alimenta a ideia de que os viajantes germânicos não pertenceram ao seu círculo próximo. É pouco provável, portanto, que estes estivessem vinculados às grandes casas comerciais de Augsburg. Há que ter também em consideração que o próprio Peutinger era genro do mercador-banqueiro Anton Welser e sócio da companhia dos Welser-Vöhlín⁹. A célebre empresa de Augsburg tinha estabelecido contactos directos com a coroa portuguesa no início de 1503 e fundado uma filial em Lisboa ainda no mesmo ano¹⁰. É de constatar também que já anteriormente tinham passado por Portugal membros de várias casas comerciais de Nuremberga, pertencentes, entre outras, às famílias dos Behaim, Stromer e Holzschuher¹¹. Desta última família mencionada deve derivar, na pessoa de Peter Holzschuher, o alemão que acompanhou a frota portuguesa que rumou à Índia em 1503¹². Também no caso de um dos alemães anónimos que fizeram a viagem no ano anterior existem pistas que apontam para uma ligação entre este viajante e a cidade de Nuremberga¹³.

Independentemente do problema referente à origem dos «primeiros alemães a procurar a Índia», fica por esclarecer uma outra questão: porque queria Conrad Peutinger apelar ao interesse do imperador Maximiliano I em relação a uma expedição marítima portuguesa direccionada à Índia? Para clarificar esta pergunta temos de retornar a 1503, ano que marca o início do estabelecimento da alta finança alemã em Portugal.

Após a abertura da Rota do Cabo por Vasco da Gama chegaram à Europa, no início de Quinhentos, as primeiras frotas carregadas de pimenta e de outras riquezas oriundas do Espaço Índico. A partir de 1502 a valiosíssima mercadoria foi vendida também em Antuérpia, causando o espanto entre os comerciantes aí presentes¹⁴. Alguns mercadores e empresas tentaram, desde logo, estabelecer contactos com a coroa portuguesa enviando representantes para Portugal.

organizacional não se pode comparar estas empresas com as grandes companhias comerciais por ações (*joint-stock companies*), como a *East India Company* (EIC) ou a *Vereenigde Oost-Indische Compagnie* (VOC), que surgiram apenas na viragem do século XVI para o século XVII.

⁹ Em finais do século XV, a casa comercial de Anton Welser criou, com os Vöhlín de Memmingen, uma companhia (ca. de 1498-1517) que se tornou fundamental para a ascensão da casa dos Welser. Com esta fusão, a nova empresa juntou um capital de cerca de 250.000 florins, constituindo, na altura, a maior companhia de mercadores-banqueiros em todo o território alemão. Sobre os Welser-Vöhlín e os seus negócios com a coroa portuguesa, cf. KONRAD HÄBLER, *Die überseeischen Unternehmungen der Welser und ihrer Gesellschafter*, Hirschfeld, Leipzig 1903, pp. 1-37; MARK HÄBERLEIN, *Fugger und Welser: Kooperation und Konkurrenz 1496-1614*, em ID., JOHANNES BURKHARDT (sob orientação de), *Die Welser. Neue Forschungen zur Geschichte und Kultur des oberdeutschen Handelshauses*, Akademie Verlag, Berlin 2002, pp. 223-239; ROLF WALTER, *Die Welser und ihre Partner im „World Wide Web“ der Frühen Neuzeit*, em ANGELIKA WESTERMANN, STEFANIE VON WELSER (sob orientação de), *Neunhofer Dialog I: Einblicke in die Geschichte des Handelshauses Welser*, Scripta Mercaturae Verlag, St. Katharinen 2009, pp. 11-27.

¹⁰ Vd. *infra*, nota 19.

¹¹ POHLE, *Martin Behaim (Martinho da Boémia): Factos, Lendas e Controvérsias*, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos/ MinervaCoimbra (cadernos do cieq, nº 26), Coimbra 2007, pp. 28-43.

¹² ID., *Deutschland und die überseeische Expansion Portugals*, cit., pp. 199-204.

¹³ *Ivi*, pp. 194-199, 204.

¹⁴ Segundo o historiador florentino quinhentista, LUDOVICO GUICCIARDINI (*Descrittione di tutti i Paesi Bassi, altrimenti detti Germania Inferiore*, A. C. Plantino, Anversa 1588), foi um mercador de Aachen (Aquisgrana, Aix-la-Chapelle), cujo nome era Nicolaus von Rechterghem, o primeiro a comprar especiarias indianas ao feitor português de Antuérpia e o primeiro que as expediu para a Alemanha: «Niccolo Rechtermgem (...) fu il primo, che facesse partito di spetierie col Fattore di Portogallo, & il primo che di qua ne mandasse in Germania» (p. 111).

A primeira firma alemã que reagiu a estas mudanças significativas ocorridas no comércio de especiarias foi a já referida casa dos Welser-Vöhlín. No inverno de 1502/03 a companhia enviou uma delegação, composta por Simon Seitz, Lucas Rem e Scipio Löwenstein, para a Península Ibérica¹⁵. Durante esta viagem, o grupo dividiu-se. Ao alcançar Saragoça, Lucas Rem permaneceu ainda três meses em Aragão, enquanto os seus companheiros seguiram directamente para Portugal. Em Lisboa, Simon Seitz entrou em contacto com D. Manuel I, qual concedeu, no dia 13 de Fevereiro de 1503, privilégios muito vantajosos aos alemães¹⁶. O rei de Portugal estava convencido que os mercadores-banqueiros germânicos poderiam desempenhar um papel fundamental como investidores e fornecedores de metais, sobretudo no que se refere à prata e ao cobre. Estes dois metais eram imprescindíveis para efectuar as trocas comerciais no espaço colonial de Portugal, seja em África, seja na Ásia¹⁷. A carta de privilégio de 1503 valia em princípio para todas as firmas e mercadores alemães que estivessem dispostos a investir em Portugal um mínimo de 10.000 cruzados. Os privilegiados estavam isentos de pagar tributos e impostos pela prata importada. Pelo cobre que trariam, tal como no caso de latão, vermelhão, mercúrio, mastros, pez, alcatrão e munições, pagavam apenas a dízima. No que respeita à compra dos produtos ultramarinos por parte dos alemães, os Welser deveriam pagar inicialmente um tributo não superior a 5%, enquanto as restantes companhias e mercadores tinham de pagar 10% de sisa. No que concerne à questão do mediador oficial entre as autoridades portuguesas e os mercadores alemães, do qual se fala também na carta de privilégio, Simon Seitz solicitou que Valentim Fernandes desempenhasse esta função. D. Manuel I correspondeu ao pedido e nomeou, no dia 21 de Fevereiro de 1503, o ilustre impressor da Morávia como corretor e tabelião dos mercadores alemães¹⁸.

Em Maio de 1503, Lucas Rem chegou a Lisboa, onde adquiriu, em Setembro do mesmo ano, uma casa para os seus patrões, fundando, assim, a primeira feitoria alemã em solo português¹⁹. Lucas Rem foi incumbido do cargo de feitor, permanecendo vários anos na sua função. O seu relato autobiográfico, o denominado *Tagebuch*²⁰, constitui um dos documentos principais que ilumina a história das relações luso-alemãs no início do século XVI.

As notícias sobre o acordo alcançado pelos Welser na corte portuguesa muito rapidamente se disseminaram na Alta Alemanha. Irrequietaram, em primeiro lugar, os Fugger que se apressaram a entrar em contacto com D. Manuel I. Este concedeu à companhia de Ulrich Fugger e Irmãos, em Outubro de 1503, os mesmos privilégios que havia outorgado aos Welser²¹.

¹⁵ BENEDIKT GREIFF (sob orientação de), *Tagebuch des Lucas Rem aus den Jahren 1494-1541. Ein Beitrag zur Handelsgeschichte der Stadt Augsburg*, Hartmann'sche Bruchdruckerei, Augsburg 1861, pp. 7-8.

¹⁶ BIBLIOTECA DA AJUDA (doravante, BA), 44-XIII-54, n.º 20j e 44-XIII-58, doc. 9c; JOHANN P. CASSEL, *Privilegia und Handlungsfreiheiten, welche die Könige von Portugal ehemals den deutschen Kaufleuten zu Lissabon ertheilt haben*, Witwe und Meier, Bremen 1771, pp. 5-10; JEAN DENUCÉ, *Privilèges commerciaux accordés par les rois de Portugal aux Flamands et aux Allemands (XVe et XVIe siècles)*. Document, em «Arquivo Historico Portuguez», VIII, 1909, pp. 381-383.

¹⁷ MANUEL NUNES DIAS, *O Capitalismo Monárquico Português (1415-1549)*. Contribuição para o estudo das Origens do Capitalismo moderno, vol. 2, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, Coimbra 1964, *passim*.

¹⁸ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, LISBOA (doravante, ANTT), *Chancelaria de D. Manuel*, livro 35, f. 53; VENÂNCIO DESLANDES, *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*, 2ª ed., Imprensa Nacional, Lisboa 1988, pp. 2-3.

¹⁹ GREIFF (sob orientação de), *Tagebuch des Lucas Rem*, cit., p. 8; ANTT, *Corpo Cronológico*, I-25-75.

²⁰ Port.: diário.

²¹ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, livro 22, ff. 25-25v.

Aos privilégios de 1503 seguiram-se até 1511 outros direitos e liberdades concedidos aos alemães pela coroa portuguesa. Todos estes privilégios formaram o denominado *Privilégio dos Alemães* que evidencia o estatuto excepcional que as companhias alemãs possuíam em terras portuguesas. As historiadoras Virgínia Rau²² e Maria Valentina Cotta do Amaral²³ salientaram o valor único destes privilégios que eram os mais cobiçados pelas nações mercantis estabelecidas em Portugal no alvorecer da Modernidade.

Sem dúvida, estes [privilégios (NdA)] são os mais importantes a serem concedidos nos séculos XV e XVI por reis portugueses, a mercadores estrangeiros²⁴.

(...) São os únicos privilégios que conhecemos que se referem directamente ao comércio da especiaria em geral e ao da pimenta, em especial.

Mas o grande privilégio dos alemães, aquele que despertava o interesse dos outros mercadores, era o de poderem ir comerciar «in loco», na Índia.

Além disso, a sua situação no Reino era altamente beneficiada, mandando o Rei, entre outras coisas, que se lhes fosse dada pousada, cama e mantimentos por seus dinheiros, tanto na Corte como em todos os lugares para onde fossem. Eram ainda favorecidos com os privilégios, liberdades e isenções dos naturais do Reino²⁵.

Foi precisamente nos anos de 1504, 1508, 1509, 1510 e 1511 que D. Manuel I alargou os privilégios de 1503, melhorando, desta forma, os direitos pessoais dos mercadores alemães em Lisboa²⁶. Estes privilégios dirigiram-se sobretudo aos membros da alta finança alemã, composta pelos mercadores-banqueiros de Augsburg e de Nuremberga. Os mercadores dos «estrelins», ou seja, da Hansa, gozaram o Privilégios dos Alemães apenas a partir de 1517²⁷.

Já no primeiro documento do Privilégio dos Alemães é mencionado *expressis verbis* o nome do imperador Maximiliano I. Olhemos para o teor inicial da carta de 13 de Fevereiro de 1503:

Dom Manoel por Graça de Deos Rey de Portugal (...) Chegando a nós O aprovado Varão Simão Sejes (...) elle veyo a nos em nome dos speitauéis Varoens Antonio de Belzerem Conrado Felim em nome Seu e de sua Companhia dos Nobres Mercadores da Imperial Cidade Augusta e de outras villas de Alemanha, significando nos que elles queriam em esta Nossa Cidade de Lisboa asentar caza de Sua Companhia para Negocear, e tratar mercadorias em Nossos Reynos Se a nós aprouvesse outorgandolhe algumas Graças, e Liberdades e priuilegios que nos pedião segundo em outras terras lhe erão dadas, e nós entendendo em seu Requerimento, (...) como tambem por serem Cidadoens imperiaes do muy Augusto Maximiliano Emperador dos Romanos, nosso muito amado Sobrinho²⁸ pello qual Com boa vontade demos consentimento a

²² VIRGÍNIA RAU, *Privilégios e legislação portuguesa referentes a mercadores estrangeiros (séculos XV e XVI)*, em H. KELLENBENZ (sob orientação de), *Fremde Kaufleute auf der Iberischen Halbinsel*, Böhlau, Köln - Wien 1970, pp. 15-30.

²³ MARIA VALENTINA COTTA DO AMARAL, *Privilégios de mercadores estrangeiros no reinado de D. João III*, Instituto de Alta Cultura, Lisboa 1965.

²⁴ *Ivi*, p. 22.

²⁵ *Ivi*, p. 31.

²⁶ BA, 44-XIII-54, n° 20k-o; BA, 44-XIII-58, doc. 9d; ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, livro 3, f. 10 e livro 36, f. 41; CASSEL, *Privilegia*, cit., pp. 10-16; *Id.*, *Privilegien und Handlungsfreiheiten von den Königen in Portugal ehedem den deutschen Kaufleuten und Hansastädten ertheilet*, Meier, Bremen 1776, pp. 7-12; DENUCE, *Privilèges commerciaux*, cit., pp. 383-388; J. A. PINTO FERREIRA, *Privilégios concedidos pelos reis de Portugal aos alemães, nos séculos XV e XVI*, em «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», XXXII, 1969, pp. 339-396.

²⁷ CASSEL, *Privilegien*, cit., pp. 13, 15-18; DENUCE, *Privilèges commerciaux*, cit., pp. 378-380, 388-389.

²⁸ É de notar que Maximiliano não é sobrinho de D. Manuel como consta no documento. Na realidade são primos direitos.

sua petição outorgando-lhe as Liberdades e priuilegios as quaes a nenhuns outros Nem aos nossos Subditos ainda forão concedidos²⁹.

É de reparar, portanto, que Maximiliano figura neste privilégio como uma das razões pela concessão do mesmo. Certo é que existiam estreitos laços familiares entre D. Manuel e Maximiliano³⁰. Porém, parece que tinham evitado qualquer contacto nos primeiros anos após a subida ao trono do *Venturoso* em 1495, uma vez que a coroa de Portugal era igualmente pretendida pelo imperador³¹. É apenas a partir de 1499 que se encontram sinais de ligações diplomáticas entre os dois monarcas. Em Agosto desse ano, D. Manuel tinha informado pessoalmente o primo acerca dos resultados da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, nomeadamente sobre as especiarias, pedras preciosas e pérolas que os portugueses aí encontraram e prometeu a Maximiliano acesso a estas riquezas³². Não se sabe se o imperador, que nesta altura se encontrava na mais crítica situação política do seu reinado, respondeu à carta de D. Manuel. No início do século XVI, é documentada a presença de um emissário de Maximiliano em Portugal³³. Desconhecem-se, porém, pormenores acerca desta missão diplomática que teve lugar antes do mês de Agosto de 1503.

De facto, o imperador apoiava a intensificação das relações comerciais dos mercadores-banqueiros alemães com Portugal. E porquê? Terá certamente beneficiado também do sucesso económico dos seus banqueiros principais, entre os quais se destacavam, há anos, Jacob Fugger e os dirigentes dos Welser, Höchstetter e Gossembrot, todos eles agora interessados em estender os seus negócios de Augsburg para Lisboa. - Uma outra razão importante é mais de ordem político-económica. Com a importação das especiarias orientais, através da Rota do Cabo, a economia de Veneza ficou seriamente prejudicada, e Veneza era, nesta altura, uma das principais rivais do imperador no contexto das Guerras de Itália³⁴.

Existem várias fontes que documentam o especial interesse de Maximiliano na Expansão Portuguesa, cujo desenvolvimento seguiu atentamente, em primeiro lugar por intermédio do seu conselheiro Conrad Peutinger. Este não tinha apenas, como já foi referido, íntimas ligações económicas e familiares com os Welser, mas dispunha também de excelentes contactos com Valentim Fernandes, que era um dos seus principais informadores em Portugal³⁵. Deste modo, Maximiliano I esteve a par dos

²⁹ BA, 44-XIII-58, doc. 9c, ff. 86v.-87 (na paginação manuscrita: 84v.-85).

³⁰ Sobre as relações entre Maximiliano I e a coroa portuguesa, vd. PETER KRENDL, *O Imperador Maximiliano I e Portugal*, em LUDWIG SCHEIDL, JOSÉ A. PALMA CAETANO (sob orientação de), *Relações entre Portugal e a Áustria. Testemunhos históricos e culturais*, Assírio & Alvim, Coimbra 2002, pp. 87-110; HERMANN WIESFLECKER, *Kaiser Maximilian I. Das Reich, Österreich und Europa an der Wende zur Neuzeit*, 5 vols., Verlag für Geschichte und Politik, München 1971-86; POHLE, *Deutschland und die überseeische Expansion Portugals*, cit., pp. 87-96, 241-249; GREGOR METZIG, *Maximilian I. (1486-1519), Portugal und die Expansion nach Übersee*, em «Jahrbuch für Europäische Überseegeschichte», XI, 2011, pp. 9-43.

³¹ KRENDL, *O Imperador Maximiliano I*, cit., pp. 103-104.

³² HAUS-, HOF- UND STAATSARCHIV, WIEN, *Familien-Korrespondenz A 1*, f. 14. A carta foi publicada por KRENDL, *Ein neuer Brief zur ersten Indienfahrt Vasco da Gamas*, em «Mitteilungen des Österreichischen Staatsarchivs», XXXIII, 1980, pp. 20-21. Uma tradução portuguesa do documento em JOSÉ MANUEL GARCIA, *A Carta de D. Manuel a Maximiliano sobre o Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia*, em «Oceanos», XVI, 1993, p. 30.

³³ GÖTZ FREIHERR VON PÖLNITZ, *Jakob Fugger*, vol. 2, Mohr, Tübingen 1951, p. 126.

³⁴ METZIG, *Maximilian I.*, cit., p. 28.

³⁵ Sobre Valentim Fernandes, a sua colecção de escritos e notícias acerca das viagens dos Descobrimentos e a transmissão destes documentos a eruditos e mercadores na Alemanha, cf. ANTÓNIO ALBERTO BANHA DE ANDRADE, *Mundos Novos do Mundo. Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*, vol. 1, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa 1972,

acontecimentos que ligaram os mercadores-banqueiros alemães à economia dos Descobrimentos. Além disso, o imperador desempenhou um papel decisivo no que se refere à participação directa da alta finança alemã em empresas portuguesas com destino à Índia³⁶. Através da correspondência que Conrad Peutinger trocou, nos anos de 1504 e 1505, com Valentim Fernandes, Anton Welser e o secretário de Maximiliano, Blasius Hölzl, conseguimos apurar alguns pormenores relativamente à viagem de agentes comerciais alemães à Índia em 1505 e perceber o envolvimento do imperador nesta mesma expedição³⁷. As referidas cartas revelam que, a partir do Verão de 1504, algumas companhias alemãs tencionavam transferir prata para Portugal. Surgiram, no entanto, inicialmente alguns problemas por causa de uma lei que proibia a exportação deste metal através dos Países Baixos. Quando Anton Welser foi informado, em Dezembro de 1504, sobre esta situação, dirigiu uma carta a Conrad Peutinger, para que este solicitasse, por intermédio de Maximiliano I, uma suspensão da interdição³⁸. Os Welser argumentaram que todo o comércio da prata no Sacro Império ia sofrer consequências negativas caso não houvesse livre passagem deste metal pelos Países Baixos, sendo que o prejuízo para o próprio imperador não seria de pouca monta. Maximiliano deveria convencer o seu filho, o arquiduque Filipe o Belo, neste sentido, pois também os danos económicos nos Países Baixos seriam enormes, uma vez que o comércio da prata desviar-se-ia, certamente, para Génova ou para os portos franceses e espanhóis.

A argumentação dos Welser deve ter convencido os dois monarcas. Nos anos seguintes, deparamo-nos com barcos carregados de prata no percurso dos Países Baixos para Portugal³⁹. Os Welser esperavam também que Maximiliano lhes concedesse uma carta de recomendação destinada ao rei de Portugal e referente à expedição à Índia. A correspondência entre Peutinger e o secretário do imperador confirma a urgência que o assunto teve para a companhia⁴⁰. Em finais de Março de 1505, a armada portuguesa, que contou com 20 navios, saiu do porto de Lisboa. A bordo das naus Lionarda, São Rafael e São Jerónimo viajaram pelo menos três agentes comerciais alemães. Entre estes encontrava-se Balthasar Sprenger, o representante dos Welser, que deixou um relato muito considerado sobre as suas experiências no ultramar⁴¹.

passim; YVONNE HENDRICH, *Valentim Fernandes - Ein deutscher Buchdrucker in Portugal um die Wende vom 15. zum 16. Jahrhundert und sein Umkreis*, Lang, Frankfurt am Main 2007, pp. 169-276.

³⁶ HARALD KLEINSCHMIDT, *Ruling the Waves. Emperor Maximilian I., the Search for Islands and the Transformation of the European World Picture c. 1500*, Hes & De Graaf, Utrecht 2008, pp. 182-185.

³⁷ Cf. KÖNIG (sob orientação de), *Konrad Peutingers Briefwechsel*, cit., pp. 45-50, 56-59; *Briefe und Berichte über die frühesten Reisen nach Amerika und Ostindien aus den Jahren 1497 bis 1506 aus Dr. Conrad Peutingers Nachlass*, em GREIFF (sob orientação de), *Tagebuch des Lucas Rem*, cit., pp. 163-166; 171-172; J. F. BÖHMER (sob orientação de), *Regesta Imperii XIV: Ausgewählte Regesten des Kaiserreiches unter Maximilian I. 1493-1519*, vol. 4, Böhlau, Wien - Köln - Weimar 1990, pp. 1088, 1098-1099.

³⁸ KÖNIG (sob orientação de), *Konrad Peutingers Briefwechsel*, cit., pp. 45-48.

³⁹ STAATS- UND STADTBIBLIOTHEK AUGSBURG, 2° Cod. Aug. 390, ff. 469v.-472; LUTZ, *Conrad Peutinger*, cit., p. 57.

⁴⁰ KÖNIG (sob orientação de), *Konrad Peutingers Briefwechsel*, cit., pp. 48-50.

⁴¹ O relato intitula-se: *Die Merfart uñ erfahrung nüwer Schiffung vnd Wege zu° viln onerkanten Inseln vnd Königreichen, von dem großmechtigen Portugalische Kunig Emanuel Erforscht, funden, bestritten vnnnd Ingenomen. Auch wunderbarliche Streyt, ordenung, Leben wesen, handlung vnd wunderwercke des volcks vnd Thyrer, dar iñ wonende, findestu in diessem Buchlyn warhaftiglich beschryben vñ abkunterfeyt, wie ich, Balthasar Spre[n]ger, sollichs selbs in kurtzuerschynen zeiten gesehen vñ erfahren habe. GEDRVCKT ANNO MDIX.* Cf. FRANZ SCHULZE, *Balthasar Springers Indienfahrt 1505/1506. Wissenschaftliche Würdigung der Reiseberichte Springers zur Einführung in den Neudruck seiner „Meerfahrt“ vom Jahre 1509*, Heitz, Straßburg 1902; WIESFLECKER, *Neue Beiträge zu Balthasar Sprengers Meerfahrt nach „Groß-India“*, em KLAUS BRANDSTÄTTER, JULIA HÖRMANN (sob orientação de) *Tirol - Österreich*

Ainda em 1505 chegou às mãos do imperador uma genealogia de todos os reis e príncipes da Península Ibérica, solicitada pelo próprio Peutingger e enviada por Valentim Fernandes⁴². Este documento corrobora a ideia de que Maximiliano nunca perdeu de vista a sua ambição em relação ao trono de Portugal. Segundo o seu biógrafo, Hermann Wiesflecker, o habsburgo considerou a terra natal da mãe como o seu património natural⁴³. Desta forma, explicam-se também as inúmeras referências que Maximiliano fez ao império português nas suas obras autobiográficas e de glorificação⁴⁴. Além disso, o imperador promoveu a divulgação cosmográfica dos Descobrimentos como mostra o exemplo da *Cosmographiae Introductio* de Martin Waldseemüller e Matthias Ringmann cuja primeira edição surgiu em 1507. Esta obra famosa foi dedicada precisamente a Maximiliano⁴⁵. É de notar também que os contactos diplomáticos e pessoais entre o imperador e D. Manuel aumentaram com o decorrer da Expansão Portuguesa nas primeiras duas décadas de Quinhentos. Este desenvolvimento conduziu a uma intensificação significativa das relações político-dinásticas entre as Casas de Habsburgo e de Avis que culminou em vários casamentos reais a partir de 1518⁴⁶.

Voltemos aos mercadores-banqueiros alemães estabelecidos em Lisboa no início do século XVI⁴⁷. Como já referimos foram primeiro os Welser que aí fundaram, em Setembro de 1503, uma feitoria própria. Nesta altura encontramos na capital portuguesa também alguns membros da casa dos Holzschuher. Enquanto no caso concreto desta empresa, oriunda de Nuremberga, não se sabe, se terão fundado uma filial na cidade do Tejo, é muito provável que tal tenha acontecido em relação aos Fugger em 1503 ou 1504, em consequência dos privilégios alcançados. Aos Welser e Fugger, seguiram-se, entre 1504 e 1507, pelo menos, mais três companhias comerciais da Alta Alemanha, que ergueram uma feitoria em Lisboa. É o caso dos Imhoff e dos Hirschvogel de Nuremberga, bem como dos Höchstetter de Augsburgo. Todas estas empresas estiveram directamente envolvidas no financiamento da expedição que foi para a Índia em 1505⁴⁸. Ao que parece, alguns agentes alemães já

- *Italien. Festschrift für Josef Riedmann zum 65. Geburtstag*, Universitätsverlag Wagner, Innsbruck 2005, pp. 647-660.

⁴² KÖNIG (sob orientação de), *Konrad Peutingers Briefwechsel*, cit., pp. 56-59.

⁴³ WIESFLECKER, *Kaiser Maximilian*, cit., vol. 1, p. 395.

⁴⁴ Cf. KRENDL, *O Imperador Maximiliano I*, cit., pp. 97-98; KLEINSCHMIDT, *Das Ostasienbild Maximilians I. Die Bedeutung Ostasiens in der Kaiserpropaganda um 1500*, em «Majestas», XVIII/XIX (2000/2001), pp. 81-170.

⁴⁵ HORST PIETSCHMANN, *Deutsche und imperiale Interessen zwischen portugiesischer und spanischer Expansion im 15. Jahrhundert*, em ALEXANDRA CURVELO, MADALENA SIMÕES (sob orientação de), *Portugal und das Heilige Römische Reich (16.-18. Jahrhundert) - Portugal e o Sacro Império (séculos XVI-XVIII)*, Aschendorff, Münster 2011, pp. 27-28.

⁴⁶ Vd. *supra*, nota 30.

⁴⁷ Sobre as companhias alemãs estabelecidas em Lisboa no início do século XVI, cf. POHLE, *Deutschland und die überseeische Expansion Portugals*, cit., pp. 97-134; KELLENBENZ, *Die Fugger in Spanien und Portugal bis 1560: ein Großunternehmen des 16. Jahrhunderts*, vol. 1, Vögel, München 1990, *passim*; WALTER GROSSHAUPT, *Commercial Relations between Portugal and the Merchants of Augsburg and Nuremberg*, em JEAN AUBIN (sob orientação de), *La découverte, le Portugal, et l'Europe: actes du colloque*, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris 1990, pp. 359-397; K. S. MATHEW, *Indo-Portuguese Trade and the Fuggers of Germany (Sixteenth Century)*, Manohar, New Delhi 1999, *passim*; A. A. MARQUES DE ALMEIDA, *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria. O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um Estudo de Geofinança*, Edições Cosmos, Lisboa 1993, pp. 55-61 e *passim*.

⁴⁸ Sobre a participação alemã na expedição portuguesa à Índia nos anos de 1505/06, cf. FRANZ HÜMMERICH, *Quellen und Untersuchungen zur Fahrt der ersten Deutschen nach dem portugiesischen Indien 1505/6*, Verlag der Königlich Bayerischen Akademie der Wissenschaften, München 1918; WALTER, *Nürnberg, Augsburg und Lateinamerika im 16. Jahrhundert - Die Begegnung zweier Welten*, em STEFAN FÜSSEL (sob

tinham tentado negociar com a coroa portuguesa uma participação directa na empresa de Lopo Soares de Albergaria⁴⁹. Contudo, as negociações com a coroa portuguesa falharam e os mercadores-banqueiros alemães apostaram na expedição seguinte. No Verão de 1504 encontramos Lucas Rem na corte de D. Manuel I a preparar um acordo sobre este assunto. O feitor dos Welser anotou nos seus apontamentos autobiográficos: «No dia 1 de Agosto fizemos o contrato com o rei de Portugal sobre a armação de três navios com destino à Índia»⁵⁰.

Para a armação dos três navios, era necessário um capital de 65.400 cruzados. 75% da soma tinha de ser paga em dinheiro e o resto em metais preciosos. Os Welser desempenharam, entre os investidores estrangeiros, um papel preponderante, seja na preparação, seja no que respeita ao volume do negócio. Disponibilizaram 20.000 cruzados, quase um terço do total do investimento estrangeiro. Os outros mercadores-banqueiros alemães contribuíram com 16.000 cruzados, mais precisamente os Fugger e os Höchstetter com 4.000 cada, os Imhoff e os Gossembrot com 3.000 cada e os Hirschvogel com 2.000 cruzados. Os restantes 29.400 cruzados foram liquidados pelos investidores italianos, entre os quais se destacam os Marchionni, os Affaitati e os Sernigi. Após o regresso da armada, o consórcio tirou grande lucro desta empresa marítima que terá rondado, pelas indicações de Lucas Rem e outras fontes, os 150 a 175%⁵¹.

Menos favoráveis foram os resultados financeiros quando os Welser participaram uma segunda vez, em 1506, numa armação de uma frota da Índia. A companhia investiu, juntamente com a casa dos Imhoff e o português Rui Mendes, em três navios da armada de Tristão da Cunha, mas não tiraram qualquer lucro, porque se perderam dois dos três navios já na ida para a Índia⁵². Outras expedições com participação alemã se seguiram: nas décadas seguintes encontramos vários representantes dos mercadores-banqueiros alemães a rumar à Ásia para observar o comércio marítimo dos portugueses no Atlântico e no Oceano Índico⁵³.

Com a fixação das grandes casas comerciais da Alta Alemanha em Lisboa e a vinda dos seus agentes, a colónia alemã existente na capital portuguesa cresceu consideravelmente. Esta comunidade era formada, na primeira década de Quinhentos, por bombardeiros, artífices, aventureiros e, sobretudo, por mercadores, quase todos pertencentes ou à Liga Hanseática ou às empresas de Augsburg e de Nuremberga. Os representantes das companhias alemãs organizaram-se em feitorias e, tal como os restantes membros da colónia, em confrarias. A maioria dos alemães residentes na capital portuguesa juntou-se à Confraria de S. Bartolomeu que, por volta de 1500, era administrada pelos artilheiros germânicos, pelo que era conhecida como a «Confraria dos alemães bombardeiros». A capela de S. Bartolomeu na igreja de S. Julião servia-lhes de ponto de encontro para a vida espiritual. Outros membros da colónia alemã encontravam-se nas capelas de S. Sebastião ou no Convento de S.

orientação de), *Pirckheimer-Jahrbuch 1986*, vol. 2, Fink, München 1987, pp. 47-51; PIUS MALEKANDATHIL, *The Germans, the Portuguese and India*, Lit, Münster 1999, pp. 47-54.

⁴⁹ ALMEIDA, *Capitais e Capitalistas*, cit., p. 102.

⁵⁰ GREIFF (sob orientação de), *Tagebuch des Lucas Rem*, cit., p. 8: «Primo Aug^o tat wir den vertrag mit portugal king der armazion 3 schiff, per Indiam» .

⁵¹ Os valores encontrados nas fontes variam: Lucas Rem indicou no seu *Tagebuch* um rendimento à volta dos 150% (*ibidem*). HÄBLER (*Die überseeischen Unternehmungen*, cit., pp. 23-24) estimou, baseado num documento encontrado no ANTT (CC, I-9-79), um lucro de 160%. E na *Cronica newer geschichten* de Wilhelm Rem, que surgiu entre 1512 e 1527, fala-se até de 175%. Cf. WALTER, *Nürnberg, Augsburg*, cit., p. 49.

⁵² GREIFF (sob orientação de), *Tagebuch des Lucas Rem*, cit., p. 8.

⁵³ Vd. *supra*, nota 4.

Domingos, sede da Irmandade de Sta. Cruz e de Santo André, esta última composta maioritariamente por flamengos⁵⁴.

Com o estabelecimento dos mercadores-banqueiros alemães em Portugal e a vinda dos seus representantes, a estrutura profissional da colónia alemã em Lisboa foi substancialmente modificada. Os mercadores da Alta Alemanha associaram-se primeiro à Confraria de S. Bartolomeu, tencionando depois construir uma capela própria⁵⁵. Como o projecto não se concretizou, os mercadores das companhias de Augsburg e de Nuremberga resolveram reunir-se na capela da Confraria de S. Sebastião para exercer o culto religioso. Outros preferiam rezar na Igreja Nossa Senhora da Conceição. No início do século XVII, a Confraria de S. Bartolomeu e a Confraria de S. Sebastião juntaram-se para formar a Irmandade de S. Bartolomeu dos Alemães, que ainda hoje existe⁵⁶.

Resumindo, podemos constatar que os negócios alemães em Portugal ganharam, no início de Quinhentos, uma outra dimensão e a colónia alemã em Lisboa um novo rosto. Com a fixação dos mercadores-banqueiros de Augsburg e de Nuremberga na capital portuguesa as relações económicas luso-germânicas alcançaram o primeiro grande apogeu da sua história. Tal sucedeu precisamente nos reinados de D. Manuel I e do imperador Maximiliano I, dois monarcas que influenciaram por motivos diferentes, porém decisivamente, o estabelecimento da alta finança alemã em terras portuguesas.

⁵⁴ A. H. DE OLIVEIRA MARQUES, *Relações entre Portugal e a Alemanha no século XVI*, em Id., *Portugal Quinhentista*, Quetzal, Lisboa 1987, pp. 23-24.

⁵⁵ Cf. POHLE, *Deutschland und die überseeische Expansion Portugals*, cit., pp. 146-150.

⁵⁶ GERHARD SCHICKERT, THOMAS DENK, *Die Bartholomäus-Brüderschaft der Deutschen in Lissabon. Entstehung und Wirken, vom späten Mittelalter bis zur Gegenwart / A Irmandade de São Bartolomeu dos Alemães em Lisboa. Origem e actividade, do final da Idade Média até à Actualidade*. A Irmandade de São Bartolomeu dos Alemães, Estoril 2010.